

Alphaville EM 24 MESES SEM JUROS.

O pacote é só provisório

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O Brasil não terá condições políticas de cumprir as metas de redução drástica no déficit público contidas na Carta de Intenções a ser aprovada na próxima sexta-feira pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), da mesma forma que não poderá continuar pagando US\$ 12 bilhões anuais de juros ao exterior combinados com os banqueiros credores: por isso são provisórios os acertos que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, está amarrando esta semana nos Estados Unidos - de acordo com autoridades da área econômica que dão como inevitável a substituição destes acordos por uma renegociação ampla a ser desencadeada em meados de 1984.

O Governo ainda não pode dizer isso abertamente - explicam - mas já tem consciência da inevitabilidade de um confronto com os credores nos próximos meses, para obter condições de pagamento da dívida externa de quase US\$ 100 bilhões que sejam compatíveis com a retomada do crescimento interno da economia brasileira, independente das oscilações nas taxas internacionais de juros e nos fluxos de comércio mundial. "O Brasil tem problemas sociais gravíssimos, que explodirão numa revolução, se não forem contornados através do aumento das atividades econômicas para diminuir o desemprego e a fome" - observa um dos defensores da renegociação ampla da dívida.

APERTO

De imediato, entretanto, o problema do Governo é o estrangulamento nas contas externas - o País não tem dólares para garantir as importações essenciais nos próximos meses - e a recuperação da credibilidade interna, através do programa de ajustamento para baixar a inflação de 205%, esperada este ano, para cerca de 80% em 1984. Sem resolver estes dois itens, pelo menos parcialmente, é impossível sentar à mesa de negociação com os credores externos, sem ter que se submeter às exigências de continuo pagamento dos juros da dívida, de acordo com estas opiniões. Até agora, o que vem acontecendo é esta falta de poder de barganha, apesar do volume do débito.

"Estes mecanismos foram improvisados nos últimos doze meses e, quando muito, representam apenas uma fórmula de transição para a reciclagem cooperativa" - afirmou esta semana o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, com o respaldo de seu cargo na direção do Citibank, nos Estados Unidos. Sua opinião, por mais crítica que pareça, é compartilhada por diversos setores da área econômica governamental, que se dizem "baseados apenas no bom senso", quando reconhecem a impossibilidade de cumprir os três anos do programa de ajustamento acertado com o FMI e os bancos estrangeiros. Estas razões são praticamente as mesmas que levaram o economista Hélio Beltrão a abandonar o barco.

Mesmo assim, de acordo com técnicos da Secretaria do Planejamento, o ministro Delfim Netto não poderia reconhecer neste momento estas evidências, pois ele está empenhado exatamente em concluir agora o acerto com o Fundo e com o Comitê de Assessoramento formado pelos 14 principais bancos credores. "E este acerto é fundamental, caso contrário teríamos que partir para a

moratória ainda este mês ou no próximo, gerando internamente uma situação tão difícil, que poderia levar ao fechamento do regime novamente" - reconhece, reservadamente, um assessor do Ministério da Fazenda, justificando a "atitude prudente" dos ministros para não atrapalhar as negociações finais deste ano.

DESVIOS

Mas a impossibilidade de cumprir as metas - basicamente o arrocho no déficit público, com suas consequências recessivas num primeiro momento - já está clara também nos acertos que Delfim Netto fará esta semana nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, ele terá que explicar detalhadamente para o FMI as razões que levaram ao estouro da inflação: pelos cálculos feitos com a missão daquele organismo em agosto, revistos desde então quase semanalmente, a inflação do último trimestre não seria superior à média mensal de 2,5% que resultaria em 55% de inflação no próximo ano, contra 152% em 1983. Os números de setembro e outubro, com média de inflação mensal acima de 10%, se encarregaram de derrubar esta meta implícita na Carta de Intenções.

Em consequência destes desvios, a equipe do ministro Delfim Netto preparou na semana passada os "quadros alternativos" para o FMI programar as metas de 1984: a possibilidade de baixar a taxa inflacionária para 55% no próximo ano virou apenas uma das quatro hipóteses que serão propostas em Washington, ao lado de projeções para inflação de 65%, 75% ou 85%. Não precisa nada mais do que o bom senso invocado pelos técnicos do Governo para antever que a última hipótese é mais próxima da realidade - isto é, se der certo o programa de ajustamento para derrubar a inflação a partir de mais recessão na economia.

Mas grave do que o estouro nas metas da inflação (que praticamente não aparecem explicitamente na Carta de Intenções) é o caso do déficit do setor público (ou necessidade global de financiamento para cobrir os gastos do Governo e das estatais, além da capacidade do Tesouro), considerado ponto-chave do programa de ajustamento acordado com o FMI. O Ministro do Planejamento vai dar a Larosière o mesmo tipo de explicação do ministro da Fazenda, Ernane Galvães: o desvio em relação à meta combinada decorre apenas dos efeitos da inflação, que, através da correção monetária, indexam também o déficit público.

SALÁRIOS

Mas as justificativas não são tão simples; tanto é que foi preciso a presença do ministro Delfim

Netto nos Estados Unidos para apresentá-las ao FMI. Primeiro, o argumento brasileiro baseia-se no fato de que a política monetária está dentro do figurino, a expansão dos meios de pagamento e da base monetária deve fechar o ano só um pouco acima dos 90% combinados, e todas as demais medidas para reduzir os gastos públicos já foram acionadas: além dos cortes nos subsídios diretos ao trigo e ao petróleo (responsáveis pelos aumentos no custo de vida dos últimos meses), o Governo acabou com boa parte dos subsídios indiretos ao crédito agrícola e tentou fazer o mesmo com relação aos financiamentos à exportação; foram cortadas despesas das estatais e das administrações públicas e criados mecanismos para aumentar a arrecadação fiscal.

Até mesmo a grande exigência - a desindexação parcial dos salários, através de reajustes abaixo do índice de preços como está no Decreto-lei 2.065 - foi cumprida de alguma forma. E, no entanto, a inflação não caiu, mas pulou para a casa dos 200% e ameaça o País com o caos total da hiperinflação. Isso, apesar do efeito de redução da demanda agregada na economia, induzido pelo conjunto de medidas acertadas com o Fundo, que vêm provocando o agravamento da recessão com as consequências conhecidas: mais desemprego, mais tensão social nas grandes cidades, mais fome e menores índices de produção na indústria e no comércio.

A argumentação junto ao Fundo - para revisar os números da

Carta de Intenções antes mesmo da reunião do board na próxima quinta-feira, ou para encaminhar um pedido de waiver se não cumprir aquelas metas - estará baseada, de acordo com técnicos do Banco Central, nos indicadores de que a inflação elevada este semestre tem como causas os aumentos corretivos de preços, a redução da oferta de produtos agrícolas (por causa das enchentes no Sul e, também, pela exportação a todo custo para garantir o superávit comercial), e as variações cambiais, basicamente. Além do fato de não haver tempo suficiente para colher os efeitos contracionistas das medidas de política econômica.

INFLAÇÃO

"Não há problema com a inflação" - asseguram os técnicos, reconhecendo que na área do déficit público as metas serão revistas apenas nominalmente, pois o programa do Governo permitirá baixar este saldo negativo para 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) "de qualquer jeito". A meta de setembro, de baixar os gastos públicos para Cr\$ 14,9 trilhões, foi atingida, de acordo com o Ministério da Fazenda - mas o mesmo não se pode garantir quanto a dezembro, quando estes gastos deveriam ter caído para Cr\$ 19,35 trilhões. Há cálculos na Seplan que indicam um estouro próximo a Cr\$ 7 trilhões, enquanto o ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, acha que caminhamos para Cr\$ 30 trilhões ainda este ano.

O principal problema, no entanto, é o efeito recessivo deste conjunto de medidas sobre a economia brasileira: o País já vai entrar no quarto ano de recessão, com a produção industrial de 1984 projetada para cair cerca de 8%, e não há mais clima político para deixar que isto continue ao longo dos próximos anos. Nenhum dos pré-candidatos à sucessão presidencial defende o programa recessivo do ministro Delfim Netto, e o próprio Governo está ciente das possibilidades de agravamento das tensões sociais nos grandes centros, se a recessão não for substituída por novo período de expansão das atividades econômicas, com maior oferta de emprego.

"Por isso mesmo é inviável o novo acordo com o Fundo Monetário" - admite uma autoridade da área econômica, reservadamente, para quem ainda no Governo Fligueiredo haverá uma mudança de rumos. Para empresários com acesso ao Palácio do Planalto, só está faltando a assinatura dos novos empréstimos dos bancos credores, com a rolagem dos débitos de 1983/84 e a manutenção dos créditos comerciais e interbancários, para o Governo mudar o ritmo do jogo e começar a preparar a renegociação global da dívida externa. Renegociado o débito de forma ampla, de acordo com estes setores do Governo, não mais terá lógica tentar levar adiante o programa recessivo acertado com o FMI. E o acordo irá por água abaixo antes de chegar ao seu último ano, em 1985.